

A INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA: VIVÊNCIAS COM BRINCADEIRAS INDÍGENAS E AFRICANAS NO 6º ANO

Giovana Lemos Antunes Lizo¹
Rogério Augusto Vogado Rodrigues²
Gleison Gomes de Moraes³
Sissilia Vilarinho Neto⁴

RESUMO

O projeto “Brincadeiras de origem Indígenas e Africanas” foi desenvolvido na Escola Municipal Professora Dalísia Elizabeth Martins Dolles, envolvendo as duas turmas do 6º ano, e constituiu uma experiência marcante tanto para os alunos quanto para os professores e participantes do PIBID envolvidos, pois permitiu integrar movimento, ludicidade e cultura em um mesmo espaço pedagógico. Ao vivenciar brincadeiras como Peteca, *Mbube Mbube*, *Saltando Feijões*, *Tisoro Yematatu*, Terra-Mar e Gaviões e Pintinhos, os estudantes tiveram acesso a práticas que não apenas desenvolvem habilidades motoras como agilidade, equilíbrio e coordenação, mas também carregam consigo a história e a memória de povos que contribuíram significativamente para a formação da identidade brasileira. Organizadas em estações, as atividades favoreceram a participação ativa e o protagonismo dos alunos, que puderam circular entre os diferentes jogos e se desafiar em contextos variados, sempre mediados por professores que explicaram as origens e significados de cada prática. Esse contato promoveu reflexões sobre diversidade, ancestralidade e respeito às diferenças, aspectos reforçados nas rodas de conversa antes e após as vivências, momentos em que as crianças expressaram curiosidades, reconheceram valores culturais e compartilharam percepções sobre o aprendizado. O envolvimento demonstrado evidenciou que as brincadeiras não foram apenas momentos de diversão, mas oportunidades de ampliar repertórios culturais e desenvolver a consciência crítica sobre a importância de preservar saberes ancestrais. Para os educadores, a experiência reafirmou o papel da Educação Física como espaço de valorização da diversidade e promoção da interculturalidade, em consonância com as leis que tornam obrigatória a abordagem da história e cultura indígena e afro-brasileira na escola. Nesse sentido, a realização do projeto não se limitou à prática corporal, mas consolidou-se como um exercício de cidadania, pertencimento e reconhecimento da riqueza cultural que forma nosso país, revelando o brincar como um poderoso instrumento de aprendizagem e transformação social.

Palavras-chave: Diversidade, Educação Física, Brincadeiras, Interculturalidade.

¹ Graduando do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás - GO; giovanaledes@discente.ufg.br

² Graduando do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás - GO; rogerio_augusto@discente.ufg.br

³ Mestre do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás - GO, gleisongomes@yahoo.com.br

⁴ Professor orientador: doutor, Faculdade Educação Física – Universidade Federal de Goiás - GO, sissilia@ufg.br





INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar tem historicamente sido marcada pela valorização de práticas esportivas hegemônicas, muitas vezes em detrimento de manifestações culturais populares e tradicionais. No entanto, a promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, abrindo espaço para a inclusão de conteúdos que reconhecem a pluralidade cultural do Brasil. Nesse contexto, as brincadeiras tradicionais de origem indígena e africana constituem-se como instrumentos pedagógicos capazes de promover a valorização das raízes culturais, a socialização e o desenvolvimento de habilidades motoras.

A sociedade contemporânea, marcada pela intensa presença da tecnologia, tem reduzido os espaços de vivência do brincar espontâneo, gerando um distanciamento entre crianças e práticas culturais transmitidas de geração em geração. Retomar e ressignificar tais brincadeiras em ambiente escolar torna-se, portanto, não apenas uma estratégia pedagógica, mas também uma forma de resistência cultural e fortalecimento da identidade brasileira (Santin, 2013).

Inspirado por uma experiência do PIBID, este artigo relata vivências realizadas com estudantes do 6º ano na Escola Municipal Professora Dalísia Elizabeth Martins Dolles, nas quais foram aplicadas brincadeiras de matriz indígena e africana. O projeto foi planejado e executado por estudantes do PIBID de Educação Física em conjunto com o professor supervisor, com o objetivo de proporcionar aos alunos a oportunidade de conhecer, valorizar e vivenciar jogos tradicionais que representam a diversidade cultural brasileira. Além de promover habilidades motoras e sociais, a iniciativa buscou estimular o respeito à diversidade e reforçar o senso de pertencimento entre os estudantes.

Nesse contexto, o texto adota como referência principalmente a perspectiva intercultural defendida por Candau (2008), além de dialogar com teorias sobre o jogo como elemento cultural (Huizinga, 2007).





METODOLOGIA

Diante desse cenário, antes da intervenção os bolsistas do PIBID e o professor realizaram encontros semanalmente de planejamento, nos quais foram definidos os objetivos pedagógicos, selecionadas as brincadeiras e estudadas suas origens culturais. Cada integrante ficou encarregado de pesquisar a história de uma brincadeira, destacando seu contexto cultural (indígena ou africano), regras, materiais necessários e possíveis adaptações ao espaço escolar. Esse momento preparatório foi essencial para garantir que a vivência fosse não apenas prática, mas também formativa e consciente.

A experiência pedagógica foi desenvolvida durante uma manhã, no pátio e na quadra da Escola Municipal Professora Dalísia Elizabeth Martins Doles, envolvendo cerca de 60 alunos do 6º ano do ensino fundamental. O planejamento contou com a participação de sete graduandos/bolsistas vinculados ao PIBID, além do professor supervisor/regente de Educação Física. Nesse sentido, a organização da aula foi estruturada em estações de brincadeiras, permitindo que os estudantes tivessem contato com diferentes práticas corporais em formato de rodízio.

As sete brincadeiras selecionadas foram Corrida do Saci, Peteca, *Mbube Mbube*, Saltando Feijões, *Tisoro Yematatu*, Terra-Mar e Gaviões e Pintinhos. Assim, cada estação foi conduzida por um bolsista, que iniciava a atividade com uma breve contextualização cultural, explicando as origens da brincadeira e destacando sua importância histórica. Em seguida, eram apresentadas as regras de forma clara e acessível, com demonstrações práticas antes do início da execução pelos alunos. Os estudantes do fundamental foram divididos em grupos de 8 a 10 integrantes, distribuídos nas diferentes estações. A cada 12 minutos soava um sinal para que os grupos revezassem, garantindo que todos experimentassem todas as práticas propostas, em diversos ambientes da escola.

Durante a realização das atividades, os bolsistas também assumiram o papel de mediadores pedagógicos, intervindo quando surgiam conflitos ou dificuldades. Em





situações de discordância sobre regras ou disputas acirradas, eram feitas pequenas pausas para refletir coletivamente sobre cooperação, respeito e convivência.

Importante ressaltar, que foi notável e extremamente enriquecedor o entusiasmo e a participação integral dos alunos durante as atividades. Eles demonstraram genuíno interesse e se mostraram verdadeiramente empolgados com as brincadeiras de origens africana e indígena, muitas das quais constituíam uma experiência completamente nova para a grande maioria. A vivência prática revelou o quanto essa riqueza cultural, embora prevista em lei, ainda é lamentavelmente pouco explorada e aproveitada no contexto convencional das aulas de Educação Física, evidenciando uma lacuna que, quando preenchida, se mostra um poderoso instrumento de engajamento, valorização identitária e aprendizado significativo.

Quanto aos materiais, foram utilizados recursos simples e a maioria tinha na escola, como petecas, vendas feitas com lenços, cordas para demarcação de espaços e tampinhas de garrafa para jogos de estratégia e tabuleiro. Essa escolha reforçou a viabilidade da proposta em contextos escolares com recursos limitados.

Ao término da vivência, realizou-se uma roda de conversa com todos os grupos. Nesse momento, os alunos foram incentivados a compartilhar o que mais gostaram, o que aprenderam e como perceberam as diferenças entre as brincadeiras. A avaliação foi formativa e contínua, centrada na observação da participação, do respeito às diferenças e da cooperação coletiva demonstrada pelos estudantes. Muitos destacaram que não conheciam as brincadeiras africanas e se mostraram curiosos em relação às suas origens, revelando a potência educativa e cultural da atividade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O jogo e a brincadeira possuem um papel central no desenvolvimento humano. Huizinga (2007) define o jogo como uma atividade que antecede a própria cultura, sendo uma das expressões mais autênticas do ser humano. Nesse sentido, as brincadeiras indígenas e africanas, ao carregarem memórias e símbolos ancestrais, não apenas divertem, mas educam,





transmitem valores e fortalecem identidades. Além disso, segundo Freire (1996), a educação deve partir da realidade dos educandos, promovendo a problematização e a reflexão crítica.

Inserir jogos

tradicionais é resgatar elementos da cultura popular que dialogam com a identidade dos estudantes e ampliam sua visão de mundo. Esse processo de conscientização só se torna possível quando os alunos são protagonistas e compreendem-se como sujeitos históricos.

Com base na perspectiva defendida por Candau (2008), para quem a educação intercultural se constrói na valorização das diferenças, na mediação entre culturas e no combate às desigualdades, este relato encontrou uma de suas principais bases. Trabalhar as brincadeiras indígenas e africanas significou, portanto, muito mais do que cumprir a exigência legal; foi promover uma pedagogia interseccional, inclusiva e antirracista. Esta premissa é fundamental, uma vez que, como observa a autora, os currículos brasileiros foram historicamente estruturados sob uma lógica eurocêntrica, que sistematicamente relegou as contribuições africanas, afro-brasileiras e indígenas a um plano secundário, tornando essencial a criação de contra-narrativas por meio de práticas pedagógicas efetivas.

Nesse sentido, através de Keim (2006), que evidencia a função dos jogos africanos na construção da identidade cultural por carregarem memórias coletivas e valores comunitários, e nos estudos de Silva (2011) e Reis (2020), que mostram como os jogos indígenas revelam cosmologias e práticas sociais a serem respeitadas, este trabalho encontrou um sólido fundamento teórico. Santin (2013) acrescenta a essa discussão ao afirmar que o lúdico é essencial para a formação integral, unindo corpo, cultura e sociedade.

Desse modo, a Educação Física, ao integrar essas práticas, consolida-se como um espaço de resistência cultural, promovendo o respeito à diversidade e a formação crítica dos estudantes. No entanto, como diversos autores ressaltam, ainda existe uma grande lacuna nos currículos escolares em relação ao ensino das culturas indígena e africana. Keim (2006) observa que os jogos africanos, por exemplo, são frequentemente tratados como mera





curiosidade, sem ocupar seu lugar de direito na formação cultural. Silva (2011) e Santin (2013) reforçam que essa ausência contribui diretamente para o apagamento cultural e a perda de saberes ancestrais.

Nesse contexto, iniciativas como a experiência pedagógica aqui relatada surgem como alternativas urgentes e necessárias para preencher essa lacuna, valorizando de forma efetiva

práticas culturais historicamente marginalizadas e transformando a teoria em uma prática pedagógica inclusiva e antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as vivências, foi possível observar engajamento, cooperação e protagonismo dos alunos. Do ponto de vista motor, desenvolveram-se habilidades como equilíbrio, coordenação, agilidade e percepção espacial. Socialmente, houve valorização do trabalho coletivo, respeito às diferenças e fortalecimento de vínculos. As brincadeiras, ainda que simples, promoveram um ambiente de integração e aprendizagem, no qual todos puderam participar de forma ativa.

Nesse sentido, a roda de conversa revelou que muitos estudantes desconheciam essas práticas e demonstraram surpresa ao perceber sua riqueza cultural. Alguns relataram que levariam os jogos para brincar em família e com amigos, ampliando o alcance da experiência e demonstrando a potência dessas vivências como ferramenta de transmissão cultural. Essa atitude reforça a ideia de Freire (1987), para quem a educação só cumpre sua função transformadora quando ultrapassa os muros da escola.

Outro aspecto importante, foi a reflexão sobre preconceitos e estereótipos. Os alunos perceberam que, embora algumas brincadeiras fossem de caráter competitivo, todas exigiam cooperação, respeito e solidariedade. Essa percepção aproximou o brincar da vida em sociedade, evidenciando que diferenças podem coexistir de maneira harmônica. O protagonismo estudantil ficou evidente quando alguns grupos propuseram adaptações nas regras, demonstrando criatividade e capacidade de ressignificar as práticas.





Houve, entretanto, desafios. Parte dos estudantes mostrou resistência inicial por associar o brincar à infância, acreditando que não era adequado para sua faixa etária. Contudo, ao se envolverem nas atividades, superaram essa visão e reconheceram o valor cultural e pedagógico das brincadeiras. Esse aspecto confirma a importância de projetos contínuos que tragam para a escola práticas culturais marginalizadas, evitando que elas apareçam apenas em momentos pontuais.

Assim, a experiência reafirmou o papel da Educação Física como espaço de valorização das culturas populares e tradicionais. Ao invés de restringir-se ao ensino de esportes hegemônicos, a disciplina revelou-se um campo fértil para práticas que fortalecem a cidadania, a consciência crítica e o respeito à diversidade. Ao integrar corpo, ludicidade e cultura, o projeto reafirmou a Educação Física como componente curricular essencial para a formação integral dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências relatadas mostraram que trabalhar com brincadeiras indígenas e africanas no contexto escolar contribui para além do desenvolvimento motor: promove reflexão, pertencimento e consciência crítica sobre diversidade cultural. Os alunos não apenas se divertiram, mas também reconheceram a importância da ancestralidade e da preservação dos saberes tradicionais.

O projeto demonstrou que a ludicidade pode ser utilizada como ferramenta de inclusão, diálogo e respeito. Essa perspectiva dialoga diretamente com Freire (1996), que defende a educação como prática de liberdade, na qual o estudante se torna protagonista do processo de aprendizagem. Ao valorizar práticas historicamente negligenciadas nos currículos escolares, a Educação Física assume um papel de resistência cultural e de promoção da interculturalidade, em consonância com Candau (2008), que reforça a necessidade de uma educação intercultural para superar desigualdades e reconhecer a diversidade como riqueza social.





Essa vivência reafirma a necessidade de inserir tais práticas de forma contínua no cotidiano escolar, garantindo que o brincar seja reconhecido como patrimônio cultural e instrumento de transformação social. Conclui-se que experiências como esta devem ser estimuladas e multiplicadas, pois não apenas atendem às exigências legais das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, mas também respondem a uma demanda social por uma educação mais inclusiva, democrática e plural, como propõem Santin (2013) e Keim (2006) ao defenderem o valor das práticas corporais tradicionais como mediadoras de identidade cultural.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação intercultural: mediações e caminhos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. 8. ed. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2014.

KEIM, Maristela Japp. Jogos e brincadeiras africanos: a construção da identidade cultural através do brincar. In: CANDAU, V. M. F. (org.). **Educação intercultural e práticas corporais**. São Paulo: Cortez, p. 101-122, 2006.

REIS, Paulo Roberto. **Manual Bilingue de Jogos e Brincadeiras Indígenas: Interculturalidade, Modos de Vida e Sustentabilidade**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2020.

SANTIN, Silvino. **Brincadeiras do mundo: cultura, diversidade e movimento**. São Paulo: Phorte, 2013.





SILVA, Vitor Barros da. **Brincadeiras do mundo: vivências lúdicas para a inclusão cultural**. Petrópolis: Vozes, 2011.

IX Seminário Nacional do PIBID

